

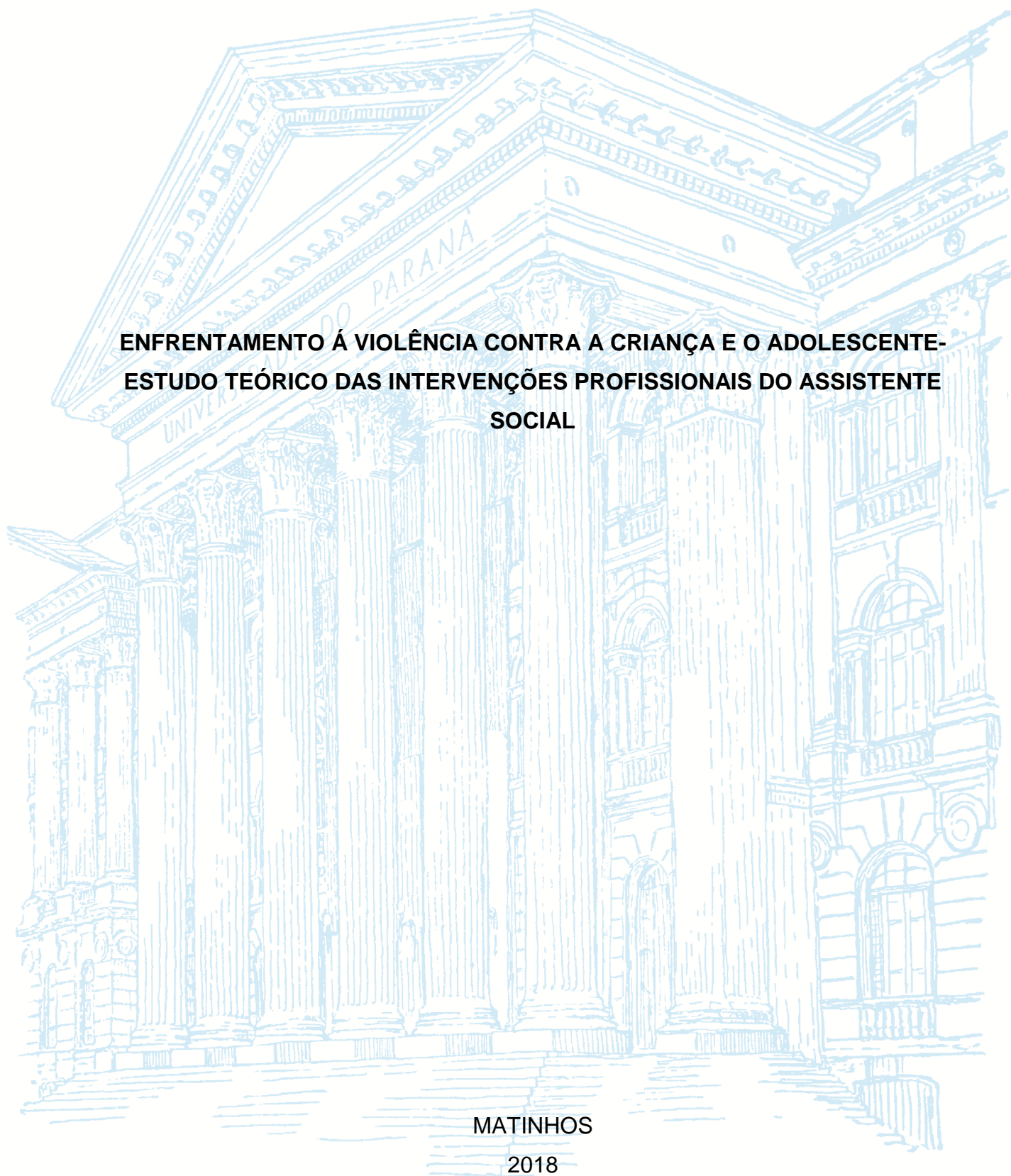
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DGINANE LINHARES

**ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE-  
ESTUDO TEÓRICO DAS INTERVENÇÕES PROFISSIONAIS DO ASSISTENTE  
SOCIAL**

MATINHOS

2018



DGINANE LINHARES

**ENFRENTAMENTO Á VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE-  
ESTUDO TEÓRICO DAS INTERVENÇÕES PROFISSIONAIS DO ASSISTENTE  
SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao curso de Serviço Social, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Silvana Maria Escorsim

MATINHOS

2018

---

---

## ATA DE AVALIAÇÃO DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e nove dias de novembro de dois mil e dezoito, às quinze horas e trinta minutos, no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a Banca Avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso, constituída pelo Prof. Msc. Antonio Sandro Schuartz e Profa. Dra. Ane Bárbara Voidelo. Sob a presidência da Orientadora Profa. Dra. Silvana Maria Escorsim para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **DGINANE LINHARES** (GRR20152872), sob o título *Enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente – estudo teórico das intervenções profissionais do Assistente Social*, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante sido APROVADA com conceito APL.



Profa. Dra. Silvana Maria Escorsim  
Orientadora



Prof. Msc. Antonio Sandro Schuartz  
Integrante da Banca



Profa. Dra. Ane Bárbara Voidelo  
Integrante da Banca



DGINANE LINHARES  
Estudante

*“Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, aos meus pais, minhas filhas Larissa, Heloísa e Sabrina.”*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por estar presente comigo nesta caminhada, por ter me trazido até aqui e me fortalecido nos momentos mais difíceis. Meus pais que sempre foram meu alicerce, sempre me apoiaram e me estenderam a mão nos momentos que mais precisei, e por terem me ensinado os valores essenciais da vida. A minha amiga Silvana por ter sido meu braço direito, a pessoa que cuidou de tudo pra mim, para que pudesse realizar este sonho. Agradeço as minhas filhas Larissa, Heloísa e Sabrina por me apoiarem e estarem comigo durante esses quatro anos de muita ausência, por terem paciência nos momentos de tensão e contratemplos, mas essa conquista é nossa, pois sem o amor de vocês não teria conseguido seguir em frente. Agradeço ao meu QG Larissa, Gustavo e Maiara, que caminharam ao meu lado, me dando o suporte necessário quando não podia mais suportar as pressões do dia a dia. As amigas que fiz durante essa trajetória foram essenciais para me fortalecer nos momentos de dificuldades, todas tiveram contribuição nesta formação, fizeram com que refletisse e crescesse um pouco mais. Ao meu amigo Jean, pela parceria e cumplicidade, pelas horas de estudo. Agradeço a minha orientadora Silvana Maria Escorsim, minha única mediadora nestes quatro anos, meu norte, foi fundamental para que chegasse aqui. Ao professor Antonio Sandro, do qual tenho um enorme carinho e a todos os profissionais da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, principalmente aos professores/as de Serviço Social e aos professores/as de outras áreas que contribuíram com seus ensinamentos no início do curso, a contribuição de cada um foi essencial para nossa formação.

Muito obrigada a todos!

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC aborda a inserção do Serviço Social na política de enfrentamento a Violência contra a Criança e o Adolescente no Brasil. É fruto da vivência no Conselho Tutelar, que possibilitou a identificação da necessidade de analisar, conhecer e Publicizar a atuação do Assistente Social nesta realidade, propiciou o primeiro contato com o tema através de leituras e pesquisas, considerando que inicialmente é necessário que se entenda e compreenda o tema escolhido e a prática aguçou ainda mais o interesse sobre este assunto, por isso uma análise das publicações sobre o referido tema, como instrumento de enfrentamento a situação de violência contra crianças e adolescentes. O trabalho apresenta em primeiro momento um breve relato sobre o Serviço Social no Brasil, a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), legislações e a Proteção Social á Criança e ao Adolescente, na seqüência a sistematização da inserção do Serviço Social na política de enfrentamento á Violência contra a Criança e o Adolescente. Como metodologia, uma análise das Dimensões Teórico Metodológica, Ético Política e Técnico Operativa do Serviço Social, uma pesquisa Bibliográfica de publicações científicas em Revistas do Serviço Social no período de 2013 a 2016 baseado nessas três dimensões e por fim, a análise do conteúdo. Como resultado descrevemos a importância da compreensão da realidade sob o ponto de vista de tais dimensões, seu significado, sentido e profundidade de acepção, de forma que uma dimensão não seja mais priorizada que a outra durante a práxis da intervenção profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Política Nacional de Assistência Social; Lei Orgânica da Assistência Social, Dimensões Teórico Metodológica, Ético Política e Técnico Operativa do Serviço Social, Inserção do Serviço Social, Programas, Ações.

## **ABSTRACT**

The present final paper addresses the insertion of Social Services in the policy regarding coping with Violence against Children and Teenagers in Brazil. This is a result of the experience in the Tutelary Council, that made it possible to identify the necessity to analyze, get to know and make public the role of the Social Assistant in this reality. This propitiated the first contact with the subject through reading and research, considering that initially it is necessary to understand the chosen subject, and the practice heightened the interest regarding this topic. Thus an analysis was made of the publications about the topic, as an instrument of coping with the situation of violence against children and adolescents. The work has already been presented recently on Social Work in Brazil, a National Policy on Social Assistance (PNAS), the Organic Law on Social Assistance (LOAS), legislation and the Social Protection to the Child and the Adolescent, following the systematization of the insertion of the Social Service in the policy of confronting Violence against Children and Adolescents. As a methodology, an analysis of the Methodological Theoretical, Political Ethical and Operational Technique of Social Services, a Bibliographic research of scientific publications in Social Service Journals from 2013 to 2016 based on these three dimensions and, finally, the analysis of the content. As a result we describe the importance of understanding reality from the point of view of such dimensions, their meaning, meaning and depth of meaning, so that one dimension is no longer prioritized than the other during the praxis of professional intervention.

**Keywords:** Social Services; National Policy for Social Assistance; Organic Law of Social Assistance; Methodological Theoretical, Political Ethical and Operational Technique of Social Services, Insertion of Social Service, Programs, Actions.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – .....	44
TABELA 2 – .....	45

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social.
CMDCA	- Conselho Municipal Da Criança e do Adolescente.
CONANDA	- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Do Adolescente
CNSS	- Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social.
CREAS	- Centro Referência Especializado em Assistência Social.
ECA	- Estatuto da Criança e Adolescente.
ESCCA	- Exploração Sexual e Comercial da Criança e do Adolescente.
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social.
NOB-RH	- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos.
ONG	- Organização Não Governamental.
ONU	- Organização das Nações Unidas.
PAEF	- Programa de Atendimento Especial à Família.
PAIF	- Programa de Atendimento Integral à Família.
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social.
PSB	- Proteção Social Básica.
PSE	- Proteção Social Especial.
SAM	- Serviço de Assistência ao Menor.
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1</b>	<b>A QUESTÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL ... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.9</b>	
1.1	A Proteção á Criança e ao Adolescente .....	24
1.2	O Estatuto Da Criança e Do Adolescente.....	27
1.3	Dados Atuais sobre a Criança e o Adolescente .....	30
<b>2</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....</b>	<b>33</b>
2.1	A Política De Assistência Social .....	37
2.2	O Serviço Social Na Política De Assistência Social.....	41
<b>3</b>	<b>PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>43</b>
3.1	Coleta De Dados .....	46
3.2	Resultados e Discussões .....	48
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho procura refletir sobre a realidade profissional do Assistente Social como trabalhador na Política de Assistência. Analisa as mudanças operadas, sobretudo no enfrentamento a Violência contra a Criança e o Adolescente em tempos de reação conservadora e crise do capital. Aponta os desafios postos aos profissionais e indica possibilidades no atendimento a esta Questão Social.

Traremos as análises ocorridas no período de 2014 a 2016 das publicações científicas de Revistas voltadas ao Serviço Social e a atuação dos profissionais no SUAS, através de uma pesquisa bibliográfica, tendo como:

Objetivo Geral: Analisar as intervenções realizadas pelo Assistente Social no Enfrentamento á Violência contra a Criança e o Adolescente em Publicações de Revistas voltadas ao Serviço Social.

Objetivos específicos:

- Identificar as Dimensões Teórico Metodológicas do Assistente Social em suas intervenções;
- Identificar estas ações realizadas numa perspectiva Ético Política;
- Analisar as intervenções dentro da Dimensão Técnico Operativa do Serviço Social;

Assim, busca-se analisar as particularidades dessas dimensões, compreendendo que elas se constituem em diferentes níveis de apreensão da realidade da profissão, entretanto, devem ser entendidas como indissociáveis entre si, formando uma unidade. O fortalecimento da articulação entre essas dimensões se expressa na potencialidade das respostas profissionais competentes, de forma que o trabalho dos assistentes sociais estejam comprometidos com a materialização do Projeto Ético-Político da profissão e com o enfrentamento á Violência contra a Criança e o Adolescente.

Como metodologia para a melhor compreensão da atuação do Assistente Social na Política da Assistência, é realizando uma pesquisa do tipo bibliográfica (FORESTI, 1989;), de natureza qualitativa (GODOY, 1995) – portanto, não probabilística – e de nível descritivo (GIL, 2011) com a finalidade de evidenciar na literatura especializada em Serviço Social as principais características da pesquisa no contexto atual da profissão.

Como aporte teórico para a elaboração do trabalho, faremos uma reflexão sobre as Dimensões Teórico Metodológica, Ético Política e Técnico Operativa do Serviço Social características destas publicações científicas e de autores conhecidos no Serviço Social, seguida por uma análise de conteúdo, mediante estudo sobre as intervenções realizadas no enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente, concluindo sobre o agir profissional dentro destas perspectivas.

Este tema foi despertado à mim através do cotidiano enfrentado como Presidente do Conselho Tutelar, função esta, que me fez deparar com situações de difícil enfrentamento e de grande vulnerabilidade social, realidade que me despertou a reflexão e o questionamento de como se desenvolve a conjuntura familiar, de como são tratadas as crianças vítimas de violência, pelos profissionais que atuam neste contexto.

É relevante abordar sobre a problemática da violência contra a infância e a adolescência, desvelando esta questão social que desafia as Políticas Públicas, trazendo as raízes sociais da consciência que os agentes têm da realidade social, explorando as fronteiras do conhecimento sobre a área, conhecendo a realidade do Assistente Social no atendimento e finalmente enfatizar o fato de que milhares de mortes já foram evitadas na efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes a partir do momento em que a constituição garante seus direitos fundamentais.

Neste sentido, considera-se de suma importância o desenvolvimento de um trabalho profissional alinhado com as diretrizes das Políticas Públicas voltadas às crianças e aos adolescentes, com respaldo em suas respectivas legislações.

O presente trabalho está organizado em três capítulos: O primeiro capítulo aborda a construção da Política da Assistência Social no Brasil; a Era Vargas, a Constituição de 1988 e as políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente. Busca-se contextualizar o Assistente Social na Política da Assistência.

O segundo capítulo encontra-se focado na Questão da infância e da adolescência no Brasil, destacando o código de Menores e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) , além do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Do Adolescente), trazendo o fenômeno da violência contra a criança e o adolescente, abuso e exploração sexual e dados atualizados sobre a questão.

O terceiro capítulo apresenta a pesquisa empírica realizada acerca das Dimensões Teórico Metodológicas, Ético Políticas e Técnico Operativas do Serviço Social, a fim de conhecer a dinâmica de trabalho e, sobretudo, a articulação desses

serviços quanto ao enfrentamento da violência, dando-se destaque ao trabalho do Assistente Social e as análises dos artigos publicados sobre o referido tema. Nesta perspectiva, são apresentadas as informações resultantes de tal pesquisa.

Concluimos com algumas considerações, reiterando nossa pretensão de contribuir para o registro, visibilidade e importância da inserção do profissional de Serviço Social na política de enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente.

## 1.A QUESTÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

Muitas são as crianças e adolescentes vítimas de violência no mundo. Na história da humanidade, há registro de diversas formas de violência e opressão contra esse segmento, o que remete à fragilidade física e à falta de reconhecimento desse ser em desenvolvimento, e que requer atenção e direitos especificados. Segundo Amaro (2003, p.25 ):

A história da infância é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. Quanto mais atrás regressamos na história, mais reduzido o nível de cuidado com as crianças, maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, abandonadas, espancadas , aterrorizadas e abusadas sexualmente.

Rosa (2004, p. 22) destaca que no “Brasil, foram os jesuítas que implantaram um estilo europeu de educação dos filhos baseado na prática de castigos corporais. Eles pregavam uma disciplina caracteristicamente rígida, com gosto de sangue”. O que observamos nessas abordagens é que a criança vem sendo tomada como um ser incapaz e sem discernimento, sobretudo frente ao abusador.

O adulto, indivíduo maduro, portanto hábil para distinguir as conseqüências de seus atos, diante desta imaturidade da criança, a toma como um objeto capaz de satisfazer seus desejos. É o que vemos em Amazarray e Koller sobre a violência sexual que o abuso “pode ser definido como o envolvimento de crianças e adolescentes em atividades sexuais que não compreendem em sua totalidade e com as quais não estão aptos a concordar”. (1998,p.561)..

Rangel (2001, p. 23) aponta que “A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes vem ocupando grande espaço nas análises contemporâneas sobre violência, mas não por ser um fenômeno recente”. O que é recente é a consideração de crianças e adolescentes como pessoa em peculiar condição de desenvolvimento de acordo com o Art. 4º do ECA, o que traz um caráter de sujeito de direitos, transitando de um longo período de indiferença para a proteção integral dos direitos desse segmento, distanciando-se da concepção de criança como mero objeto, embora, em muitas famílias, ainda predomine essa trágica concepção.

Para romper o ciclo de violência contra as crianças e adolescentes é preciso rever todo um processo de dominação através dos adultos que ainda não levam em consideração estes sujeitos como sujeitos de direitos, e que continuam a violentá-los

como se fossem propriedades suas.

Rosa (2004, p. 21) entende que“ [...] a violência contra os filhos adquire um papel social essencial na sociedade capitalista, ao adequar e treinar a submissão à autoridade dos pais, garantindo que os interesses da sociedade estejam sendo agenciados pelas esferas de vida privada”.

Bem com Rangel (2004, p.35) esclarece que:

“A visão do homem como “produto”, própria do capitalismo, sustenta essa concepção da infância como uma fase de “investimento” no futuro adulto e dá aos pais legitimidade ideológica para cuidar de seus filhos da forma que melhor atenda aos seus interesses, uma vez que, como “investidores”, devem decidir o destino da “matéria-prima” que irá se transformar em seu “produto”.

Sendo assim:

“A imaturidade biológica da criança e a sua dependência emocional e material em relação ao adulto são o argumento que tem fundamento a hierarquização do relacionamento adulto criança e legitimado o poder dos pais sobre os filhos, criando uma relação assimétrica, pois que adulto Cêntrica, isto é, centrada primordialmente nas concepções e interesses dos adultos”. (RANGEL, 2004, p.35).

Diante dessa cultura posta, a questão que se apresenta é que as crianças são submissas, sujeitas aos genitores, produtos a serem utilizados, uma hierarquia que amputa os direitos desses sujeitos. Essa perspectiva só poderá ser mudada a partir do reconhecimento dos direitos no sentido da igualdade o que contribuirá enormemente para a erradicação da violência que permeia as relações familiares.

Nos dias atuais segundo Amaro (2003, p. 26) [...] sabe-se que os maus-tratos à infância referem-se não só a violência física, mas também a todo o ato que cause dano à integridade moral, física, mental, emocional ou social da criança.

Conforme traz Faleiros (2000, p.17) “A violência contra crianças e adolescentes acontece em escala mundial, esteve sempre presente em toda a história da humanidade, e em todas as classes sociais, articulada ao nível de desenvolvimento e civilizatório da sociedade na qual acontece”.

A grande complexidade ao se tratar este fenômeno sem dúvida nenhuma está no silêncio adotado pela família, ou pelas pessoas ligadas a ela, no Brasil o que potencializa esta situação é o “machismo” que cria empecilhos nas realizações das denúncias, sem contar a herança histórica que dificulta a garantia dos direitos destes sujeitos.

A violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente a cometida por familiares ou conhecidos, é um espaço de silêncio, segredos e sigilos. Verifica-se a frequente existência de pactos de silêncio, mantidos por familiares, amigos, vizinhos, comunidades, profissionais, que a encobrem, desqualificando revelações verbais e não verbais das vítimas, negando evidências e sinais, em nome da fidelidade, interesses de diversas ordens, medos, sigilos profissionais de justiça. (FALEIROS, 2001,p.18)

No que tange as classes sociais mais abastadas, procura-se manter o sigilo através da procura de profissionais que sejam pertencentes aos atendimentos particulares e sigilosos, o que fará com que este dado não entre para as estatísticas oficiais nem que haja um trabalho governamental com a vítima. O que não acontece nas famílias financeiramente vulneráveis devido as denúncias que são mais frequentes por parte de parentes e vizinhos, dada a própria convivência na qual esta família está inserida que, na maioria das vezes, tem suas relações de conflito presenciadas. Neste caso há também uma maior abrangência da rede pública de proteção nas diversas áreas fazendo com que se torne a identificação dos sintomas mais eficiente.

No que diz respeito à violência sexual, faz-se necessário diferenciar o que a caracteriza como abuso e como exploração sexual.

Abuso sexual é definido por Faleiros (2000, p.15) da seguinte forma:

Em síntese, o *abuso sexual* deve ser entendido como uma situação de *ultrapassagem* (além, excessiva) *de limites*: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado pode consentir, fazer e viver, de regras sociais e familiares e de tabus. E que as situações de abuso infringem maus tratos às vítimas.

Já a Exploração Sexual segundo Faleiros (2000, p.33), difere do abuso, pois:

A exploração sexual de crianças e de adolescentes têm de ser compreendida em suas determinações históricas. A formação econômica, social e cultural da América Latina, assentada na colonização e na escravidão, produziu uma sociedade escravagista, elites oligárquicas dominantes e dominadoras de categorias sociais inferiorizadas pela raça, cor, gênero e idade. O que deu origem a uma sexualidade machista, sexista, adultocêntrica, ainda vigente.

A exploração sexual atinge milhões de jovens, na maioria das vezes, do sexo feminino e também oriundas da população em vulnerabilidade social. Segundo Faleiros (2000, p.31) a dificuldade conceitual da questão e sua precária avaliação quantitativa deve-se ao fato do mercado do sexo ser extremamente poderoso

economicamente, que se recicla constantemente, ser ilegal, criminoso e dominado por facções, o que faz com que o conhecimento e as pesquisas sobre essa problemática sejam extremamente difíceis e até mesmo perigosas.

Na concepção de Vivarta (2003, p. 27), o abuso sexual é compreendido como:

Situação em que o adulto submete a criança ou o adolescente, com ou sem seu consentimento, a atos ou jogos sexuais com a finalidade de estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com a oferta de presentes. De acordo com dados contidos em denúncias, ocorre na maioria das vezes dentro da própria família. Quando se trata de um caso extrafamiliar, acontece, em geral, na vizinhança e em instituições de atendimento e prestação de serviços.

A Exploração Sexual segundo o autor:

Ato ou jogo sexual em que a criança ou o adolescente é utilizado para fins comerciais por meio de relação sexual, indução à participação em shows eróticos, fotografias, filmes pornográficos e prostituição. (VIVARTA, 2003, p.27).

Nesta perspectiva, Faleiros (2000, p.29) afirma que “É importante destacar que os argumentos até então utilizados na discussão do consentimento da vítima têm se assentado principalmente nas condições individuais da mesma (capacidade pessoal de sedução, maturidade, informação) (...)” não pautado na natureza das relações de violência, dominação e agressão às quais encontram-se submetidas.

Nas relações de dominação e de agressão, segundo Faleiros (2000, p. 29) “(...) a vítima tem muito poucas condições de reagir, independente de suas condições pessoais, porque encontra-se sob o império do dominador/agressor, em situação análoga de tortura, sequestro, ameaça de morte, escravidão”.

Sendo assim, a vítima encontra-se numa situação de poder, fazendo com que não lhe resta saída, ela encontra-se numa relação de dominação.

A exploração sexual tem como finalidade a obtenção de recursos financeiros, haja vista que os explorados, muitas vezes, são oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social. Faleiros (2000,p.33) aponta que “Por outro lado é importante destacar as articulações do fenômeno da exploração sexual com as atividades econômicas dos territórios onde ocorre”.

Portanto, as formas de exploração variam segundo o desenvolvimento econômico das localidades ou regiões nas quais existe. Segundo Faleiros (2000, p. 33), por exemplo, no Brasil, nas cidades onde houve incremento ao turismo floresceu o sexo turismo, assim como próximo a extração de minérios (garimpos) e

portos a criação de bordéis, nos centros políticos e administrativos há a oferta de garotas de programas para servirem de “acompanhantes” a políticos e executivos. Também segundo o autor “Considerando que um dos principais determinantes da inserção de crianças e adolescentes no mercado do sexo é a pobreza e a exclusão sócio- econômica (da escola, do consumo, mercado de trabalho, da saúde, da cultura) (...)” ele indica que o enfrentamento desse problema tem que passar obrigatoriamente pela inclusão que se dá através do acesso a políticas sociais públicas, responsabilidade do Estado. Cabendo às ONGs um papel complementar como parceiro do poder Estatal.

No sentido de complementar o fenômeno da exploração sexual, cabe aqui destacar algumas formas de exploração contra crianças e adolescentes como, por exemplo: a pornografia na internet e o tráfico para fins sexuais.

Primeiramente cabe destacar o surgimento da Internet que segundo Santos (2004,p.255), tem apresentado a quebra de fronteiras geográficas, físicas, culturais e sociais. O autor ainda indica que: A internet “Está unindo, em salas virtuais, salas de bate-papo, pessoas que não têm “gênero”, “idade”, “cor”, “história”. Não existem na realidade, pois são frutos da imaginação. Ou, seria melhor dizer, as pessoas são na internet o que elas realmente gostariam de ser: seres virtuais”. Ainda segundo Santos (2004, p. 255): a Internet configura-se com uma Rede: não existe início nem fim. “Cada um se liga no todo, que se liga a cada um em particular. Uma teia de comunicações e sentidos diferentes é permutada em grande velocidade”.

Das opções existentes no comércio do sexo, a Internet caracteriza-se como importante ferramenta na proliferação da prostituição de crianças e adolescentes no mundo todo, e que se infiltra livremente por todos os espaços.

Dando sequência as formas de exploração sexual, cabe ainda destacar o tráfico para fins sexuais de crianças e adolescentes. Segundo Leal M. L. e Leal M. F. (2004, p. 267):

O tráfico de seres humanos reflete profundas contradições históricas da relação dos homens entre si, com a natureza, com a produção e a ética. Nesta situação, as pessoas são exploradas não somente para atividades sexuais comerciais (prostituição, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais), mas também para o trabalho forçado e escravo (na agricultura, na pesca, nos serviços domésticos, na indústria e outros); extração de órgãos e para adoção, recriando formas tradicionais de exploração e sacrifício, constituindo-se em formas modernas de escravidão. Assim, o tráfico humano é mais do que uma grave violação da lei. É uma afronta à dignidade humana.

As autoras ainda afirmam que:

Nesta perspectiva, o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial é o resultado das contradições sociais, acirradas pela globalização e pela fragilidade dos Estados Nações, aprofundando as desigualdades de gênero, raça e etnia. (Leal M. L. e Leal M. F., 2004, p. 267).

Cabe pontuar que no Brasil segundo Leal M. L. e Leal M. F (2004, p. 269), “As regiões Norte e Nordeste são as que apresentam o maior número de rotas de tráfico de mulheres e adolescentes, em âmbito nacional e internacional, seguidas pelas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul”. Confirmando assim uma estreita relação entre pobreza, desigualdades regionais e a existência de rotas de mulheres e adolescentes para fins sexuais em todas as regiões brasileiras, cujo fluxo ocorre das zonas rurais para as zonas urbanas e das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas.

## 1.1 A Proteção à Criança e ao Adolescente

No Brasil, o princípio da proteção integral da criança e do adolescente tem como marco de origem legal a Constituição Federal de 1988, mais precisamente o seu dispositivo 227. Nele o constituinte estabeleceu como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Sobre este princípio, Cury, Garrido & Marçura ensinam que

A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a idéia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento (2002, p. 21).

Como bem define Paolo Verdone, Juiz de Direito na Itália, “o termo proteção pressupõe um ser humano protegido e um ou mais seres humanos que o protegem, isto é, basicamente, um ser humano que tem necessidade de outro ser

humano” (CURY, 2008, p. 37). O referido magistrado vai mais a fundo ao tratar do presente tema, diz que

Deve-se entender a proteção integral como o conjunto de direitos que são próprios apenas dos cidadãos imaturos; estes direitos, diferentemente daqueles fundamentais reconhecidos a todos os cidadãos, concretizam-se em pretensões nem tanto em relação a um comportamento negativo (abster-se da violação daqueles direitos) quanto a um comportamento positivo por parte da autoridade pública e dos outros cidadãos, de regra dos adultos encarregados de assegurar esta proteção especial. Em força da proteção integral, crianças e adolescentes têm o direito de que os adultos façam coisas em favor deles (CURY, 2008, p. 36).

Parte do pressuposto de que tais seres humanos não são detentores de capacidade de exercício, por si só, de seus direitos, necessitando, por isso, de terceiros (família, sociedade e Estado) que possam resguardar os seus bens jurídicos fundamentais, consagrados na legislação específica, até que se tornem plenamente desenvolvidos físico, mental, moral, espiritual e socialmente.

Antes que se definissem tais direitos fundamentais de Proteção à Criança e ao Adolescente, em 1927 é promulgado o primeiro CÓDIGO DE MENORES do Brasil (Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927) no qual a criança merecedora de tutela do Estado era o "menor em situação irregular".

Silveira (1984, p. 57) entende que este conceito vem a superar, naquele momento histórico, a dicotomia entre menor abandonado e menor delinqüente, numa tentativa de ampliar e melhor explicar as situações que dependiam da intervenção do Estado.

O Poder Judiciário cria e regulamenta o Juizado de Menores e todas suas instituições auxiliares. O Estado assume o protagonismo como responsável legal pela tutela da criança órfã e abandonada. A criança desamparada, nesta fase, fica institucionalizada, e recebe orientação e oportunidade para trabalhar (ARAÚJO, 2008.p138).

A revolução de 1930 inaugura politicamente o chamado "Estado social" brasileiro, que atende a muitas reivindicações históricas dos trabalhadores e da população em geral como legislação trabalhista, ensino básico obrigatório e seguridade social, apesar de que de forma a tentar cooptar movimentos sociais importantes num projeto político centralizador e paternalista. (ARAÚJO, 2008, p.142).

Nesse contexto, as décadas de 30 e 40 foram marcadas pela ênfase na assistência, que se realizava prioritariamente em instituições fechadas. As críticas a

este modelo seguiram toda sua trajetória e propuseram várias mudanças até a década de 50, quando as denúncias de superlotação, maus tratos, corrupção, se fizeram mais fortes (Rizzini, 1997-c, p. 44-5)

Até 1935, os menores abandonados e infratores eram, indistintamente, apreendidos nas ruas e levados a abrigos de triagem. Em 1940, se edita o atual Código Penal Brasileiro, onde a idade para a imputabilidade penal se define aos 18 anos. Em 1942 se cria o SAM (Sistema de Atendimento ao Menor), órgão do Ministério da Justiça, de orientação correcional-repressiva. O SAM se estruturou sob a forma de reformatórios e casas de correção para adolescentes infratores e de patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para menores carentes e abandonados. O SAM é reconhecido por muitos autores como a primeira política pública estruturada para a infância e adolescência no Brasil. Segundo ARAÚJO (2008), surgem, também, nesta época, diversas casas de atendimento sob as ordens da primeira dama, ou seja, diretamente ligadas ao poder central.

Na década de 70 algumas iniciativas começaram a ser tomadas para superar a ineficácia dos modelos do Estado de atenção à criança, tanto por parte da Igreja Católica como do próprio Parlamento. Pouco a pouco, estas iniciativas, associadas ao incremento de grandes problemas sociais como o aumento da violência, analfabetismo e exploração sexual infanto-juvenil, foram minando a legitimidade do caráter autoritário e excludente das políticas para a infância que predominaram nas décadas de 60 e 70. Neste período, surgem novos agentes sociais como movimentos populares de defesa dos direitos das crianças, e outros.

O autor afirma:

O Código de Menores de 1979 traz um dispositivo de intervenção do Estado sobre a família, que abriu caminho para o avanço da política de internatos-prisão. O princípio de destituição do pátrio poder baseado no estado de abandono, através da sentença de abandono, possibilitou ao Estado recolher crianças e jovens em situação irregular e condená-los ao internato até a maioridade.

Com o passar dos anos, o Código de Menores, em determinado momento, tornara-se insuficiente, frente à realidade modificada. Na transição entre uma e outra realidade, sob novos mecanismos de atenção ao problema da criança, destaca-se a atuação dos Juízes de Menores.

A promulgação da Constituição da República, em 1988 e do ECA, em 1990, marcam o início de uma nova fase, que pode ser chamada de desinstitucionalizadora, caracterizada pela implementação de uma nova política que se baseia numa legislação que rompeu com paradigmas anteriores de atenção à criança desamparada. Esta fase persiste até os dias atuais.(ARAÚJO, 2008.p138).

Instituiu a grande legislação, assim, a primeira estrutura de proteção aos

menores, com a definição ideal para os Juizados e Conselhos de Assistência, traz clara a primeira orientação para que a questão fosse tratada sob enfoque multidisciplinar. Isso tornou-se um marco referencial, cumprindo papel histórico. A "idéia de uma legislação especial, com a característica de sistema, proporcionada por um Código, atribuindo deveres paternos, impondo obrigações estatais e criando estruturas", segundo ARAÚJO (2008) foi essencial.

## 1.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente traz em seu Art. 2º o seguinte: Considera-se criança, para os efeitos da Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Pois bem, este público na história de nosso País nunca teve uma legislação que visasse a sua proteção até o ano de 1988, com o advento da Constituição Federal e, posteriormente, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

Para abordar as legislações nacionais de proteção a criança e ao adolescente faz-se necessário voltar um pouco no tempo e se reportar a Declaração dos Direitos da Criança, durante a Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959, que traz dez princípios fundamentais ao desenvolvimento da criança, enquanto sujeito. O 9º princípio, dessa Declaração, traz o seguinte:

A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma. Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

Em 20 de novembro de 1989 a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança – Carta Magna para as crianças de todo o mundo e, no ano seguinte, o documento foi oficializado como lei internacional. A Convenção sobre os Direitos da Criança é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 193 países, somente dois países não ratificaram a Convenção: os Estados Unidos e a Somália. No Brasil, como já citado, somente em 1988 com o advento da Constituição Federal é que a criança e o adolescente tiveram suas prerrogativas atendidas que, mais tarde, em 13 de julho de 1990 desencadeou o ECA Lei n. 8.069.

Contrariando a lógica adotada na Doutrina do Menor em Situação Irregular que havia sido instituída pela Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979, o ECA possui por fundamento o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O ECA traz no Art. 98 que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III – em razão de sua conduta.

No cenário Internacional, em 1995, houve o Encontro Mundial das Mulheres em Beijing /Pequim onde foi decidida a realização, em agosto do ano seguinte, de um congresso Mundial contra a Exploração Comercial de Crianças e Adolescentes, a ser sediado em Estocolmo.

A consulta regional no Brasil aconteceu em Brasília no mês de abril de 1996, durante o Seminário contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes das Américas com a participação de mais de 600 representantes de organizações governamentais, não governamentais e pesquisadores de 24 países. Segundo Mallak; Vasconcelos (2002 p.12) “Os eixos fundamentais do seminário foram a proposição de alternativas de implementação de políticas públicas, a articulação das ações governamentais e não-governamentais em níveis nacional, continental e internacional, inclusive entre países do Primeiro e do Terceiro Mundo”.

No ano de 1996 aconteceu o Congresso Mundial de Estocolmo, que marcaria um novo momento da história no combate à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes conforme traz Mallak; Vasconcelos (2002 p. 12) “Apontou a necessidade de analisar o fenômeno do ponto de vista histórico, cultural, social e jurídico e o definiu como crime contra a humanidade nas modalidades de prostituição infantil, pornografia, turismo sexual e tráfico para fins sexuais.”

No Brasil, este processo de mobilização social provocou a elaboração e publicação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, no ano 2000. O Plano Nacional foi elaborado em junho de 2000, durante o Encontro

Nacional ocorrido em Natal (RN). Este Plano consolida o processo no qual foram definidos por meio de consensos entre diferentes setores e segmentos, as diretrizes gerais para uma política pública de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil e foi aprovado pelo CONANDA, em 12 de julho de 2000 no Encontro Nacional de Entidades organizado por um conjunto de ONGs (Organizações Não Governamentais) do movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O documento citado acima foi estruturado em seis eixos: análise da situação; mobilização e articulação; defesa e responsabilização; atendimento; prevenção; e protagonismo infanto juvenil.

Os seis eixos que estruturam o Plano se dão da seguinte forma:

**Análise da Situação** – conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país, o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática, as condições e garantia de financiamento do Plano, o monitoramento e a avaliação do Plano e a divulgação de todos os dados e informações à sociedade civil brasileira.

**Mobilização e Articulação** – fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática; divulgar o posicionamento do Brasil em relação ao sexo turismo e ao tráfico para fins sexuais e avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização.

**Defesa e Responsabilização** – atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e capacitar os profissionais da área jurídico-policia; implantar e implementar os Conselhos Tutelares, o SIPIA e as Delegacias especializadas de crimes contra crianças e adolescentes.

**Atendimento** – efetuar e garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, por profissionais especializados e capacitados.

**Prevenção** – assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento da sua auto defesa; atuar junto a Frente Parlamentar no sentido da legislação referente a INTERNET.

**Protagonismo Infanto-Juvenil** – promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução do Plano Nacional. (Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil, 2002, P.15).

Segundo Mallak; Vasconcelos (2002 p. 12) “Em dezembro de 2001 aconteceu o II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes em Yokohama – Japão, onde o Brasil apresentou os resultados dos acordos estabelecidos no I Congresso Mundial” além das ações desenvolvidas de forma articulada entre sociedade civil e poder público.

Visando cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado pelo CONANDA, o Governo Brasileiro implantou o Programa Sentinela dentro da Política de Assistência Social, na sua

linha de atendimento, segundo o Art. 86, do ECA, sob a coordenação da então Secretaria de Estado da Assistência Social. O Art. 86 contempla o seguinte: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, definindo assim as ações que devem ser tomadas e em que esfera”, assim como na PNAS.

Já o Art. 87 do ECA aborda da seguinte forma:

- I – políticas sociais básicas;
- II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;
- III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV – serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.(1990).

Juntamente com o ECA, cria-se o Sistema de Garantia de Direitos previsto na Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU (Organização das Nações Unidas) de 1989 , no qual o Brasil é signatário. No Estatuto, esta normativa está presente no artigo primeiro em que destaca que a presente lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

O presente sistema de proteção integral é formado em cada município por programas governamentais e não-governamentais nas várias políticas como a educação, saúde, esporte, cultura, lazer, trabalho, segurança entre outras.

Segundo Moraes (2006, p. 52) “Para controlar o sistema, que deve ser integrado em suas ações e objetivos, cada município precisa organizar dois órgãos deliberativos colegiados: o CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e o Conselho Tutelar”.

Para poderem ser efetivadas, as políticas públicas de proteção social à criança e ao Adolescente precisam estar bem articuladas, formando assim uma rede de proteção social.

### 1.3 Dados atuais sobre a Criança e o Adolescente

Atualmente, o Brasil possui aproximadamente 61,4 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos, e mais de um terço deles se concentra no Sudeste.

## População Brasileira:

GRANDES REGIÕES	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ENTRE 0 A 19 ANOS	% DA POPULAÇÃO ENTRE 0 E 19 ANOS SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL
NORTE	17.284.768	6.534.989	37,8%
NORDESTE	56.269.744	18.774.195	33,4%
SUDESTE	85.291.301	23.463.634	27,5%
SUL	29.077.184	7.991.628	27,5%
CENTRO-OESTE	15.267.855	4.679.495	30,6%
<b>BRASIL</b>	<b>203.190.852</b>	<b>61.443.941</b>	<b>30,2%</b>

Fonte: IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014)

Em maio de 2003, o Disque 100 (Direitos Humanos), serviço telefônico para comunicar casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes realizou 2.856.996 atendimentos e encaminhou 182 mil denúncias de todo o país. No primeiro semestre de 2011, o maior número de denúncias veio da região Sudeste, com 37% dos atendimentos, seguida da região Nordeste, com 33% (IBGE, 2010).

Um relatório de Monitoramento de País sobre a ESCCA (Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes), realizado pela ECPAT Internacional (Uma coalizão de organizações da sociedade civil que trabalha para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes), e publicado em 2014, ressalta que os dados do Disque 100 revelam que, na estratificação das denúncias sobre violência contra crianças e adolescentes, predominam os casos de abuso sexual, seguidos da exploração sexual, pornografia e tráfico de pessoas, com maior incidência na faixa etária de 07 a 14 anos. De acordo com os dados, somente nos anos de 2012 e 2013 foram registradas no Brasil 69.621 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, totalizando uma média de 2.900 delações por mês. Apesar dos esforços dirigidos ao enfrentamento e combate à ESCCA, atualmente o país registra uma média diária de 87 queixas de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Desigualdade, vulnerabilidade socioeconômica, limitação do acesso aos bens e serviços relacionados às diferentes Políticas Públicas, a exemplo das políticas de educação e saúde, assim como as vicissitudes do contexto da violência são, freqüentemente apontadas como os principais fatores que favorecem para que pais e/ou responsáveis, muitas vezes, submetam seus filhos às situações de exploração

sexual (LIBÓRIO,2014.p 145).

Outros estudos também apontam que alguns profissionais, pelas especificidades de suas atividades laborais, estarão mais propensos ao envolvimento com a ESCCA, atuando como clientes em um mercado clandestino e ilegal (Taylor, 1996.p.123).

## 2. O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, na chamada “Era Getúlio Vargas”, vinculado a Igreja Católica, pautado no caráter missionário e da caridade, tendo como marco inicial a criação em 1936 da Escola de Serviço Social de São Paulo, com intuito de formar as “moças da sociedade” devotadas ao apostolado social, norteado inicialmente pelo referencial teórico europeu (Iamamoto, 1985, p. 227). Nesta perspectiva, ainda segundo a autora, este perfil profissional é evidenciado na formação na Escola de Serviço Social de São Paulo que define como critério para matrículas:

- Ter 18 anos completos e menos de 40;
- Comprovação de conclusão de curso secundário;
- Apresentação de referências de 3 pessoas idôneas;
- Submeter-se a exame médico (IAMAMOTO, 1985, p. 228).

Analisava-se, ainda, alguns critérios, a exemplo da boa saúde e ausência de defeitos físicos, além das condições do meio familiar, revelando as qualidades morais do pretendente. Nas palavras da autora:

Teoriza-se assim no sentido da seleção e preparação de uma pequena elite virtuosa, escolhida em meio à boa sociedade, e que vê por missão redimir os elementos decaídos do quadro social. [...] a formação do Assistente Social se dividiria, geralmente em quatro aspectos principais: científica, técnica, moral e doutrinária (IAMAMOTO, 1985, p.228-9).

Isto quer dizer, que a intervenção realizada pelas “moças” eram de cunho moralista, ressaltando a ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes, culpando os sujeitos por suas mazelas e por ser desajustado, fazia-se necessário a intervenção da Assistente Social na situação. Segundo Iamamoto (1985, p.238) “o julgamento moral tem por base o esquecimento das bases materiais das relações sociais”.

Vale lembrar, que o Serviço Social não nasce da evolução da filantropia, conforme se pensava na época da criação da profissão. Salientando que essa ideia marcou a formação profissional desde seu surgimento, perpassando pelo movimento de reconceituação até o processo de ruptura.

Afirma Iamamoto:

“O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana”, e ressalta ainda que “É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital

industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado”. (1985, p. 77)

Nessa perspectiva, esclarece Netto (2005, p.69) “é somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio políticos e teórico-culturais [...] que se instaura o espaço histórico social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão” e complementa referindo-se em termos histórico universais “A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica” (p. 74).

É importante recordar o respectivo contexto histórico brasileiro, a partir da tomada de poder com o golpe militar de Getúlio Vargas em 1930. Segundo lamamoto (1985, p. 243)

a violência que caracterizava o Estado Novo, a tentativa de superação da luta de classes através da repressão e tortura, não podem esconder a outra face de sua postura, que se traduz na influência de sua política de massas.

Segundo Silva (2006), a estrutura corporativa do Estado Novo, visando sua legitimação, incorpora de alguma forma reivindicações populares, o qual institui direitos trabalhistas pelo viés corporativo, com claro intuito de controlar a classe trabalhadora. Ressaltando, que ainda hoje se percebe a herança cultural da era Varguista (1930 a 1945). Vargas, conhecido como “pai dos pobres”, governou o país de forma ditatorial e populista, reconheceu a questão social (até então tratada como caso de polícia) como estratégia de controle social e ideológico, criou o Ministério do Trabalho para controlar os sindicatos vinculados ao Estado, conhecidos como “sindicato pelego”. Neste governo se consolida a ideia do favor do Estado protetor, paternalista, que ainda hoje permanece no ideário popular brasileiro e norteia as relações sociais estabelecidas, reforçando a ideia de submissão da população ao Estado.

Neste período, afirma lamamoto (1985, p. 244):

A noção fetichizada dos direitos, cerne da política de massas do Varguismo e da ideologia da outorga, tem por efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação.

No que se refere à organização da categoria, ressaltamos já na década de 1930, a criação do CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social), através do

Decreto-lei n. 1/7/1938, sob a vigência do Estado Novo, “com as funções de órgão consultivo do governo e das entidades privadas, e de estudar os problemas do Serviço Social” . Entretanto, segundo a autora, sua ação efetiva foi muito restrita e “caracterizou-se mais pela manipulação de verbas e subvenções, como mecanismo de clientelismo político” (1985, p. 256).

Na década de 1950, abre-se campo para o Serviço Social, com o surgimento das grandes indústrias, acrescido as grandes instituições assistenciais mencionadas anteriormente, que requerem maior sistematização técnica e teórica de suas funções. A categoria profissional sobre forte influência norte-americana, evidenciada através da psicologização, atua atendendo aos considerados desajustados psicossociais, que deveriam, pois, ser “ajustados” ao meio, além de atuar no Desenvolvimento de Comunidade, com a educação para adultos, demonstrando, assim, a expansão da profissão aliada a ideologia desenvolvimentista. Quanto à trajetória histórica do Serviço Social, segundo Netto (1998, p. 117), considera que “até o final da década de sessenta, e entrando pelos anos setenta inclusive, no discurso e na ação governamental há um claro componente de validação e reforço do que [...] caracterizamos como Serviço Social “tradicional”. O referido autor considera como Serviço Social tradicional:

[...]a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (NETTO, 1998, p. 117-8).

No início da década de 1960, sob o governo populista de João Goulart, o “Jango”, tivemos políticas desenvolvimentistas, propondo as reformas de base, num contexto tenso de crise do populismo e a efervescência de movimentos sociais e sindicatos, que culminou no golpe militar de 1964. Segundo Iamamoto (1985), neste rápido governo o Serviço Social tem uma maior participação na formulação das políticas e planejamento, tendo o status da profissão redefinido nas equipes interdisciplinares. Quanto a organização da categoria, segundo Netto (1998, p.164), a perspectiva modernizadora constitui a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, que emerge a partir do encontro de Porto Alegre em 1965.

Segundo Netto (2010), no período de 1970, a participação popular em

movimentos contrários ao regime militar se massifica, os movimentos estudantil e sindical ganham vulto e aquela proposta de Estado ditatorial começa a dar sinais de superação. Comprometido com uma proposta alternativa ao projeto hegemônico capitalista, o Serviço Social, na sua vertente crítica, associa-se a grupos sociais e partidos políticos que partilham do mesmo desejo de transformação societária. Para isso, a profissão adota como dimensão teórico-metodológica, o marxismo, e se coloca eticamente favorável à ideia de emancipação humana.

Já na década de 1980, segundo Netto (1998, p.167), desenvolve-se uma maioria intelectual do Serviço Social, pois, a partir de sua consolidação acadêmica, percebe-se uma aproximação e comprometimento com a perspectiva ontológica original de Marx. Questão primordial para compreensão acerca do significado social da profissão na sociedade capitalista, bem como das suas ambiguidades, inerentes à prática profissional, ou seja, no dilema de se apresentar enquanto trabalhador liberal e na prática atuar na condição de assalariado, além de mediar às relações entre quem demanda (trabalhadores) e quem remunera (patronato/Estado) seus serviços. Em suma, ao buscar novas bases de legitimidade para ação profissional (através da aproximação com a tradição marxista e consequente ampliação da bagagem teórica) o Serviço Social passa a considerar as contradições do seu exercício profissional e se posiciona a serviço dos usuários, o que rompe com a perspectiva anterior de reprodução do controle social (FORTI, 2013, p. 105). Nesse sentido, compreende as implicações políticas de sua prática profissional, a polarização da luta de classes, e, a partir disso, desenvolve seu posicionamento crítico. Esse referencial crítico em relação à sociedade do capital depurou-se e atualmente busca assegurar valores que se dirijam à legitimação de práticas que contribuam para a construção de uma nova ordem societária, uma ordem cuja lógica não seja a contradição gênero/indivíduo e tampouco o primado da mercantilização na vida social (FORTI, 2013, p. 125). Assim, o Serviço Social rompe – ou se propõe a romper – com o conservadorismo tradicional e elabora um aparato jurídico, normativo e político alinhado a esta nova fase profissional.

Já ao longo da década de 1990, segundo Netto (2004, p. 23), há avanços profissionais, destacando a formulação do projeto ético-político da categoria, referindo-se ao Código de Ética do Assistente Social, a Lei n. 8.662 de 13/março/1993 que regulamenta o exercício profissional e as Diretrizes Curriculares para a formação acadêmica e que serve como norte ao projeto Político da profissão

até os dias atuais e é onde está inserido a Política de Assistência Social.

## 2.1 A Política Nacional de Assistência Social

A Constituição de 1988, nos artigos 194 a 204 ,seguidos pela LOAS (BRASIL,1993), trouxeram consigo o campo da Seguridade Social, um relevante marco no processo histórico de construção de um sistema de proteção social, afiançado direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal. Dessa forma, o conjunto das necessidades dos cidadãos brasileiros de âmbito pessoal e individual inscreveu-se definitivamente nos compromissos e responsabilidades dos entes públicos, inaugurando no país um novo paradigma (SPOSATI, 2009)

A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) estabeleceu ainda, a não sujeição do cidadão às exigências de rentabilidade econômica e contribuição financeira no acesso aos serviços, inclusive, aqueles de natureza não governamental e sem fins lucrativos:

[...] campos dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade Estatal, iniciando um processo que tem como horizonte torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem. Sem dúvida um avanço, ao permitir que a assistência social, assim posta, transite do assistencialismo clientelista para o campo da Política Social. Como política de Estado, passa a ser um campo de defesa e atenção dos interesses dos segmentos mais empobrecidos da sociedade. (YASBEK,1995,p.10).

A LOAS traz um novo olhar sobre os direitos fundamentais, principalmente quando propõe o controle da sociedade na formulação, gestão e execução das políticas assistenciais, marcado pelo debate ampliado e da deliberação pública, ou seja, da democracia. Mesmo assim, a burocracia posta, atrasa a efetividade na execução, restringe o perfil do usuário e corta a renda per capita de seus beneficiários.

Segundo Yasbek há uma razão para essa morosidade na efetividade das políticas públicas:

As explicações para essa lentidão são encontradas no fato de que seu processo de implantação vai ocorrer em uma conjuntura adversa e paradoxal, na qual se evidencia a profunda incompatibilidade entre ajustes estruturais da economia e investimentos sociais do Estado. Incompatibilidade esta legitimada pelo discurso e pela sociabilidade engendrados no âmbito do ideário neoliberal, que reconhecendo o dever moral do socorro aos pobres não reconhece seus direitos.( 2010,p 63).

A autora se refere ao crescimento desenfreado da pobreza e da desigualdade

do país justamente num momento de ruptura com o sistema keynesiano, baseado na ideia de solucionar o problema de desemprego através da intervenção Estatal por meio de investimentos públicos, mas segundo as autoras Maria C. Yasbek e Raquel Raichelis:

A primeira Política Nacional de Assistência Social só é aprovada em 1998, cinco anos após a regulamentação da Loas e ainda assim apresentou-se insuficiente e confrontada pelo paralelismo do Programa Comunidade Solidária instituído pela Medida Provisória n. 813, em 1º /1/1995, no dia mesmo em que tomou posse, em seu primeiro mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso.( 1995,p.14).

Após amplo debate na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003 é que se materializam as diretrizes da LOAS entendendo a Assistência Social como uma Política inserida no Sistema de Proteção Social. A PNAS (Política Nacional de Assistência Social) vai "explicar e tornar claras as diretrizes para efetividade da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada e pautada no pacto federativo" (YASBEK,2010,p.67).Ou seja, são compartilhadas as responsabilidades da provisão de atenção socioassistencial aos Municípios, Estados e ao Governo Federal em consonância preconizada na LOAS a partir das deliberações dos Conselhos e Comissões de Gestão, aprovado em 15 de julho de 2005.

O Suas está voltado á articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia , do sistema de serviços, benefícios e ações de Assistência Social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil.( RAICHELIS,2006, p.69).

Neste sentido, podemos afirmar que a implementação da PNAS e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) liberou em todo o país, forças políticas que com pouca resistência, disputam a direção social na perspectiva dos direitos, da gestão e do controle social. Diante disso, Evaldo Vieira afirma que [...] sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilidade controlada ou de controle da política quando consegue traduzir-se nisto (2004,p.59).

Entendendo a necessidade de se discutir com ações públicas as expressões da questão social é que a PNAS se articula com Políticas inter setoriais, tendo como objetivo prover serviços, programas , projetos e benefícios de proteção social básica para as famílias ou quem delas necessitarem, como afirma YASBEK :

A intersectorialidade deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragmentação da atenção pública às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais.

Sendo assim, constata-se a necessidade do envolvimento dos sujeitos das mais diversas áreas, com suas características e especificidades a fim de criar projetos ou propostas que batam de frente com problemas complexos, impossíveis de serem resolvidos de modo isolado.

[...] cidadãos ou grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos da vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural, e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violências advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção ao mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, P.27).

É preciso então desenvolver lógicas que assistam a necessidade dos sujeitos. Diante de uma sociedade capitalista contemporânea e sua desproteção social forma-se dois níveis de estruturação da Proteção Social, dividindo-se em PSB (Proteção Social Básica) e PSE (Proteção Social Especial).

Os serviços de Proteção Básica deverão ser executados de forma direta nos CRAS- Centro de Referência da Assistência Social, ou de forma indireta pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS, sempre sob coordenação do órgão gestor da Política de assistência social por se tratar de unidade pública estatal. (BRASIL, 2004,p.37).

Neste se desenvolvem projetos de acolhimento das famílias, pelo PAIF (Programa de Atendimento Integral à Família), consistindo no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

Já os serviços de Proteção Especial :

...voltam-se a indivíduos e grupos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social e pessoal, decorrentes do abandono, privação, perda de vínculos, exploração, violência, entre outras. Destinam-se ao enfrentamento de situações de risco em famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou em situações nas quais já tenha ocorrido o rompimento dos laços familiares e comunitários.(BRASIL, 2004,p.37).

Ainda dentro da Proteção Especial é possível dividir em duas situações:

-de média complexidade: famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos .  
 -de alta complexidade: garantem proteção integral- moradia, alimentação, higienização, e trabalho protegido para famílias e indivíduos com seus direitos violados, que se encontram sem referência, e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário.( BRASIL, 2004, p.32).

Outro aspecto importante a ser destacado na Política de Assistência Social, é a matricialidade sociofamiliar, pois segundo a PNAS “a isto se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social”(Brasil, 2004, p.40).

Desloca a abordagem do indivíduo isolado para o núcleo familiar, aspecto polêmico, pois envolve desde a concepção de família (de que família estamos falando?) até o tipo de atenção que deve ser oferecido. Pensando nesta abordagem e para que "não se produzam regressões conservadoras no trato com as famílias, nem se ampliem ainda as pressões sobre as inúmeras responsabilizações que devem assumir, especialmente no caso das famílias mais pobres (RAICHELIS, 2008,v.1.p.59). Potyara Pereira também afirma que:

“[...] não deve ser de pressionar as pessoas para que assumam responsabilidades além das suas forças e de sua alçada, mas oferecer-lhe alternativas realistas [...] o Estado tem que se tornar partícipe, notadamente naquilo que só ele tem como prerrogativa, ou monopólio – a garantia de direitos (2006,p.40).

Neste sentido, é possível verificar que as famílias estão fragilizadas, assim comprometendo o desempenho de suas funções que lhe são atribuídas. Diante disso é necessário que os representantes dos serviços públicos analisem a situação sem culpabilizar ou imputar deficiências às pessoas, mas, ao contrário, que assumem as contingências decorrentes do modo de produção capitalista que sobrecarregam a família em suas atribuições.Por isso, a importância de que façamos uma reflexão afim de diferenciar os projetos profissionais dos projetos societários. Segundo Netto (1999), os projetos societários são coletivos, pressupõe uma imagem de sociedade a ser construída, são projetos macroscópicos voltados para a sociedade; os projetos profissionais não são coletivos, apresentam a auto-imagem da profissão e norteiam as relações do profissional com todos os atores envolvidos na sua atuação profissional.

## 2.2 O Serviço Social na Política de Assistência Social

O Serviço Social com todas as transformações referidas até agora, constitui-se com desafios para consolidação do trabalho, sinalizando a necessidade da categoria de debruçar-se sobre sua compreensão.

Desse modo, o projeto Ético Político expressa claramente princípios e valores que direcionam a prática profissional no sentido de enfrentamento do projeto neoliberal e fortalecimento do projeto da classe trabalhadora. Nessa direção é que um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social é a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2002). Pensando nisso é que IAMAMOTO diz:

É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos (2012, p. 219).

Bem como Netto afirma:

Todavia, também a experiência histórica demonstrou que, na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes(2006,p. 3).

Com a implantação do SUAS, muito se ampliou o campo de atuação para essa categoria, passando a assistência a ser atualmente um dos setores que mais requisita [Assistente Social] [...]”, isso se dá pela ampliação dos espaços de trabalho com a proteção social básica, especial de média e alta complexidade, bem como pelo reconhecimento da NOB-RH/SUAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos) em que estabelece o quantitativo de profissionais que cada equipamento vai comportar. (DELGADO,2013,p. 141). Vale realçar que o avanço pode ser percebido no cotidiano desse profissional na política de assistência, ao buscar romper as ações imediatistas e da negação do direito, entretanto, não se pode negar que romper plenamente as velhas concepções permanece como desafio posto ao Assistente Social inserido na assistência. Diante disso, deve-se considerar que :

O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de

suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação. (IAMAMOTO, 2008, p. 12).

Assim, registra-se a condição de assalariamento desse profissional, bem como a precariedade das políticas públicas como alguns dos fatores que influenciam diretamente a intervenção profissional como uma ação eficiente e resolutiva no processo de garantia do acesso aos direitos.

De acordo com Yazbek (2014, p. 678) o papel do Serviço Social dentro dos espaços sócio-ocupacionais e sua relação com as políticas sociais implementadas no momento histórico contemporâneo, deixa claro que é nesse contexto de relações e interesses contraditórios que o Assistente Social deve buscar compreender esses espaços como “âmbito privilegiado do exercício profissional e lugar onde a profissão participa de processos de resistência e constrói alianças estratégicas na direção de um outro projeto societário.”

Assim, afirma Mota (2010.p 85) que o Assistente Social exerce um papel fundamental na política de assistência, em outros termos, esse profissional é o intermediador das questões que se apresentam nesse espaço de política, conflitos que, muitas vezes vai exigir desse profissional interlocução com outros âmbitos profissionais, articulação com os sujeitos de sua ação e, principalmente buscar a interlocução política de resistência e enfrentamento aos obstáculos que surgem no decorrer do movimento histórico social, que é de fato onde se materializa a prática profissional do Assistente Social no enfrentamento das múltiplas determinações da questão social.

### 3. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Ao se estabelecer a possibilidade do vínculo da prática do Serviço Social com as classes populares, indica-se a perspectiva de transformação social enquanto exigência da própria realidade social, dada a situação de dominação e exploração político econômica em que vivem essas classes. Tal perspectiva implica, para o Serviço Social, “colocar como horizonte de sua prática o movimento de transformação da própria realidade”. (SILVA, 2006, p. 89).

A autora nos aponta como a reconceitualização estabelece uma perspectiva de transformação e um novo horizonte na prática profissional. Essas transformações são propostas pela hegemonia da categoria, e abrem um leque de possibilidades na estruturação de novos tempos com ações comprometidas com a classe trabalhadora, e a construção de um projeto ético político para a profissão.

Segundo aponta Barroco:

A ética se objetiva na intervenção profissional, teoricamente (através de uma dada concepção ética crítica e histórica); praticamente (através das ações que viabilizem a apropriação, por partir dos indivíduos, de suas capacidades e potencialidades, de suas necessidades e direitos). Na medida em que a ética profissional vincula-se a um ideário emancipatório, objetiva contribuir para a preservação desse ideário, buscando alargar as suas bases sociais na sociedade, junto aos movimentos e sujeitos defensores destes valores e desse projeto, o que é evidentemente um objetivo ético- político (BARROCO, 2008, p.230).

O apontamento da autora nos evidencia que as ações da profissão são baseadas nos fundamentos teóricos e pautadas na transformação social de acordo com as necessidades e direitos adquiridos pelos sujeitos atendidos pela profissão; e afirma ainda que, a defesa desse tipo de atuação é um objetivo e um posicionamento ético e político.

A profissão constrói, de acordo com seu projeto ético político, alternativas e estratégias que façam frente à questão social, objeto de intervenção do Serviço Social. Segundo Yamamoto (2001) entende-se por questão social o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade, e os assistentes sociais trabalham nas mais variadas expressões da questão social em diversas áreas. Uma das áreas de atuação do Serviço Social é no enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente, objeto deste estudo, na qual a profissão atua em diversos setores e políticas públicas sociais que atende estas vítimas e combatem esse fenômeno.

As regras sociais ou comportamentos culturais são responsáveis por

determinar a vida coletiva em sociedade, e a criação de instituições como a família.

A família constitui-se numa das instituições mais autoritárias e castradoras para algumas crianças e adolescentes, pois acontece dentro dos lares, esconde os horrores típicos da violência doméstica e em torno da família se ergue um muro de silêncio difícil de ser rompido, o que impede a explicitação da violência e a ocorrência das denúncias.

Saffioti afirma que: Com efeito, o domicílio constitui um lugar extremamente violento para crianças e adolescente de ambos os sexos, especialmente as meninas. Desta sorte, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros, graças à posição subalterna da criança face ao homem e de ampla legitimação social da supremacia masculina (SAFFIOTI, 1995, p.33).

A dimensão ético política tem orientado a profissão a exercer um papel no sentido de orientar os sujeitos, discutindo com estes seus direitos, e se posicionando a favor da luta por políticas que venham a suprir as necessidades reais das vítimas desse mal. Segundo Lisboa e Pinheiro (2005) o Código de ética permite ainda a esse profissional uma postura de compromisso haja visto que, o Código de Ética da profissão tem sido um marco orientador para a intervenção dos assistentes sociais, até porque esse aporte determina a postura que os profissionais devem assumir perante os usuários em seus onze princípios fundamentais. A dimensão teórico-metodológica tem como objetivo iluminar a prática profissional, à medida que subsidia o profissional para a criação de estratégias para o enfrentamento das demandas postas nesta área. Segundo IAMAMOTO (2000, p.53), “a apropriação da fundamentação teórico metodológica é caminho necessário para a construção de novas alternativas no exercício profissional”. A dimensão técnico operativa instrumentaliza o profissional do Serviço Social para a atuação e intervenção junto às demandas apresentadas. O conjunto de instrumentais utilizados pelos assistentes sociais é variado, mas para escolher corretamente qual instrumental irá auxiliá-lo para a intervenção, o assistente social deve articular sua escolha às dimensões teórica e ético política. Isso se faz necessário, devido o cotidiano profissional ser um espaço que impõe limites, oportunidade e desafios ao assistente social, fazendo com que a reflexão, a investigação e a criticidade sejam alguns dos principais elementos utilizados para articular essas dimensões.

Segundo Lisboa e Pinheiro (2005), os instrumentais técnicos operativos que

são utilizados na atuação profissional do assistente social no atendimento às vítimas de violência são: entrevista, visita domiciliar, reuniões em grupo, equipe multiprofissional, documentação, relatórios, parecer social, planejamento de programas, projetos, construção de indicadores, pesquisa, articulação em rede.

Para o manuseio desses instrumentais, a utilização da ética profissional e o posicionamento ético político são fundamentais no sentido de estabelecer estratégias que possam responder às demandas e criar uma identidade profissional que inspire o respeito e compromisso no combate à violência contra a criança e o adolescente.

O instrumental entrevista exercita a ética, pois exige do profissional que escute os problemas apresentados sem fazer julgamentos de valores, sempre mantendo uma relação de respeito com o usuário de seus serviços. Nas reuniões, a postura ética e o projeto ético político são fundamentais, à medida que o profissional tem nesse instrumental a possibilidade de contribuir para aliviar as angústias nas discussões e construir o fortalecimento das famílias por meio da socialização das informações acerca dos direitos sociais e os encaminhamentos que podem ser realizados pelos profissionais.

Outros instrumentais que exigem a ética profissional por parte dos assistentes sociais são: documentação e a elaboração de relatórios, onde se pontuam as situações de risco e vulnerabilidade em que as crianças e adolescentes se encontram. E ainda o parecer social, que viabiliza os direitos sociais necessários às famílias para o rompimento com as situações violentas. Ressaltando que a ética é um instrumento de compromisso profissional e pessoal do Assistente Social, levando em conta que, segundo Lisboa e Pinheiro (2005), as condições institucionais de trabalho do assistente social nem sempre são favoráveis e tem orçamento reduzido, e as intervenções nas situações violentas sempre causam desgaste físico e psicológico nos profissionais. Dessa forma, aos assistentes sociais cabe a clareza de saber se apropriar dos instrumentais de forma correta, e fazer uma ponte com as orientações teórico metodológicas, sempre pautadas no projeto ético político da profissão, a fim de na atuação junto às vítimas de violência, poder estimular a denúncia, esclarecer os direitos, incentivar o registro da queixa, orientar sobre os exames de corpo delito, realizar dinâmicas e reuniões para resgatar a auto-estima, elaborar pareceres, encaminhar as vítimas aos programas assistenciais e também para as ações da rede de saúde, e por fim exercitar o trabalho em rede nos diversos

tipos de atendimento necessários à criança e adolescente vítimas de violência.

A profissão do Serviço Social na América Latina e no Brasil tem uma trajetória histórica e dinâmica, o exemplo disso, é que a atuação profissional reestruturou-se conforme o amadurecimento da profissão e sua compreensão da realidade social em que estava inserida. A ruptura com os ditames da classe dominante, e o firmamento de um compromisso com a classe que vive do trabalho, possibilitou à profissão a elaboração de um Código de Ética pautado nos valores de liberdade, democracia, justiça social, respeito e defesa das minorias.

### 3.1 Coleta de Dados

Diante dos 27 artigos encontrados em Publicações, elegemos três para simplificar a análise e para que ficassem evidentes as Dimensões utilizadas pelas profissionais, pois Segundo SILVA (2012), toda pesquisa científica deve ter como prioridade o valor do planejamento para que não saia de maneira incorreta a análise e diagnósticos dos dados coletados dessa maneira o trabalho surtirá efeitos positivos e esperados. Também foram levadas em consideração a imparcialidade destas profissionais em suas intervenções.

O material bibliográfico utilizado na confecção deste estudo, foi encontrado primeiramente na Serviço Social em Revista, cujo tema é “O território e a intervenção profissional frente à Violência enquanto uma expressão da Questão Social”, desenvolvida pela Graduada em Serviço Social na Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, de Presidente Prudente e mestranda do curso de Mestrado Serviço Social e Políticas Sociais, da Universidade Estadual de Londrina-PR. Publicado no ano 2014, trás em sua pesquisa, as particularidades de cada território e a formulação de ações que venham ao encontro das necessidades concretas da população alvo.

O segundo artigo, foi encontrado na Revista Serviço Social e Realidade, com o tema “ Violência contra Criança e Adolescente, uma questão de Educação”, escrito pela Assistente Social Carolina Zanim da Silva com Especialização em Políticas Públicas pela Universidade de Ribeirão Preto, Assistente Social da Casa da Criança de Cravinhos ,publicado no ano de 2015, que desenvolveu alternativas não coercitivas na educação dos filhos, onde as famílias poderão agrupar conhecimentos

e potencializar uma educação de qualidade e compromisso com o futuro deles e da sociedade.

Já o terceiro artigo, encontra-se na Revista Serviço Social em Questão, cujo tema é “Entre o Difuso e o oculto: o enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no âmbito do CREAS, publicado em 2016 pela Assistente Social e Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ. Aborda em seu estudo, uma temática de investigação do fenômeno da Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) e os serviços de atendimento às vítimas no âmbito da política de assistência, tendo por referência uma pesquisa realizada em cinco CREAS

Para realizar a análise, tivemos como prioridade leituras prévias de artigos, seleção de material com informações importantes para o desenvolvimento de metodologias, uma linha de pensamento único, para poder conhecer aquilo que almejávamos pesquisar e gerar conhecimento necessário para desenvolver uma boa pesquisa. Como afirma Iamamoto (2007), os processos sociais e a pesquisa da realidade social são indissociáveis ao exercício profissional.

## 3.2 Resultados e Discussões:

QUADRO 01				
Artigo01- Autora	Título	Objetivo do Estudo	Metodologia	Resultados
TONON,Alicia Santolini	O território e a intervenção profissional frente à violência enquanto uma expressão da questão social.	Discutir sobre o tema “território” enquanto aspecto de relevância junto ao enfrentamento das expressões da questão social, mais especificamente a Violência contra a Criança e Adolescente.	Análise crítica sobre as questões que se fazem presentes diante da sociedade vigente e suas expressões, utilizando-se de autores especialistas em Território e suas especificidades, formulando ações que venham ao encontro das necessidades concretas da população alvo,no caso Crianças e Adolescentes.	Conclui-se que articulação dos sujeitos sociais, respeitando as particularidades e especificidades de cada espaço, organizando o espaço político gera um processo de transformação.

QUADRO 02				
Artigo 02- Autora	Título	Objetivo do Estudo	Metodologia	Resultados
ZANIM, Carolina da Silva	Violência contra Criança e Adolescente, uma Questão de Educação.	Apresentar um novo processo de trabalho no Serviço de Enfrentamento a Violência Doméstica contra Criança e Adolescente e se propõe a medir os impactos que estas intervenções sociais exercem no comportamento das famílias que são inseridas no serviço do PAEF.	A metodologia adotada é de abordagem quanti-qualitativa, sendo que o corpus da análise consistiu em aplicar intervenções entrevistas semi-estruturadas e rodas de conversa, abordando as problemáticas da educação e formas de potencializar praticas educativas	A intervenção do grupo mostrou uma opção viável para atuar com famílias que apresentam características de violência e negligência e trabalhar o empoderamento das mesmas. A pesquisa apontou a importância social de poder trabalhar a problemática da família.

QUADRO 03				
Artigo 03 Autora	Título	Objetivo do Estudo	Metodologia	Resultados
GARCIA, Joana	Entre o difuso e o oculto: o enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no âmbito do CREAS	Investigar o fenômeno da Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes e os serviços de atendimento às vítimas no âmbito da política de assistência, tendo por referência uma pesquisa realizada em cinco CREAS.	Quantificar e sistematizar dados sobre possíveis atendimentos voltados á crianças e adolescentes vítima de violência.	Tal pesquisa identificou que, embora o fenômeno tenha passado por um processo de politização inegável, alcançando maior visibilidade, seu enfrentamento ainda encontra dificuldades no que tange à invisibilidade no campo da intervenção.

FONTE(AUTORA,2018)

A partir do estabelecimento dos procedimentos metodológicos de pesquisa já apresentados, passou-se a analisar a literatura, com a finalidade de extrair dela, significado para as reflexões feitas até aqui. sob o ponto de vista da violência contra a criança e o adolescente, das pesquisas publicadas na revista serviço social & sociedade no período em questão (de 2014 a 2016), observa-se que no primeiro artigo, caracteriza-se uma publicação que utilizou-se da dimensão teórico-metodológica “dimensão que se refere à capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, na ação profissional, que demanda dados da realidade, para a definição das conclusões apresentadas” (guerra, 2012).

Isto porque a autora alega que:

[...]o território como sendo um espaço contraditório cheio de vulnerabilidades e riscos, no qual seus membros estão expostos, mas que, da mesma forma, permite-nos evidenciar suas potencialidades, a partir de sua cultura, história e valores, que se configuram em oportunidades, redes de solidariedade, movimentos e organizações sociais que operam na proteção social e na garantia de direitos.[...] Partindo deste princípio, podemos perceber que o território se coloca como um espaço dinâmico com distintos significados e características específicas, resultantes das variadas dimensões, física, econômica, simbólica e sociopolítica, envolvidas em sua constituição e manutenção, mas principalmente pela atuação do homem (tonon,2014.p.125).

Nestes casos, trata-se majoritariamente de pesquisas desenvolvidas a partir de dados primários, constituídos pelo conteúdo existente em livros e artigos científicos, mas principalmente da aplicação das metodologias desenvolvidas no cotidiano do Assistente Social, adentra em uma reflexão crítica sobre as questões que se fazem presentes diante da sociedade vigente e suas expressões, assim como a configuração do território, à medida que evidenciamos a violência como um fenômeno que se expressa nesses espaços, bem como pensar práticas a partir das reais necessidades da população, abrangendo este espaço como coparticipante do Sistema de Garantia de Direitos.

As próprias Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), ao adotarem o posicionamento dialético, estão afirmando que a realidade deve ser concebida como local onde se encontram os elementos teóricos do estudo do Serviço Social, entretanto, tais elementos não são dados *a priori*, portanto, não podem ser percebidos sem um estudo aprofundado acerca dessa realidade, que é múltipla de determinações.

Santos (2006) defende a compreensão da teoria como a forma que o assistente social se utiliza para apreender a realidade e as expressões da questão

social que ali se encontram, compreendendo seu movimento, sua direção, suas contradições. Portanto, a competência teórico-metodológica é indispensável para a formação profissional, pois, sem ela, uma intervenção com qualidade fica prejudicada, visto que é a teoria que vai iluminar o significado social da ação, ultrapassando, dessa forma, o conhecimento do senso comum.

No segundo artigo, o destaque se dá ao uso da Dimensão Ético-Política do Serviço Social, este, diz respeito aos objetivos e finalidades das ações do assistente social e os princípios e valores humano-genéricos que os guiam (IAMAMOTO, 2001).

Segundo a autora:

[...]Com as reuniões as mães proporcionaram aos filhos momentos e espaços para conversar e ouvi-los, que é fundamental e faz parte da monitoria positiva que é de grande valia no recurso da educação. Durante as reuniões do grupo as mães foram orientadas de que são responsáveis em passar valores para os filhos. Esses valores podem ser positivos ou negativos. Muitas vezes os valores são transmitidos sem que haja percepção disso, através de um bom ou mau exemplo (ZANIM,2015.p.25).

Neste Artigo, o profissional social tem como direção a atuação de conduzir grupos sócio-educativos, de natureza preventiva auxiliando a desenvolver alternativas não coercitivas na educação dos filhos onde as famílias, poderão agrupar conhecimentos e potencializar uma educação de qualidade e compromisso com o futuro deles e da sociedade. “É parte de uma prática social voltada para a criação de novos valores, que é, também, o processo de criação de uma nova hegemonia no quadro das relações sociais”(IAMAMOTO, 2001), sistematizando-se o conhecimento de cada forma de violência para se propor medidas de prevenção e assistência particulares a cada tipo.

O trabalho social tem como seu objetivo, contribuir para uma nova ordem societária com menos violência, abuso, discriminação e com mais justiça e equidade, respeitando os valores éticos e morais de casa sujeito.

Segundo Barroco (2008), a ética profissional deve ser entendida em um contexto amplo, pois, os valores defendidos, baseados pelo Código de Ética, são orientadores de opções, escolhas, posicionamentos e julgamentos de valor realizados no cotidiano. Assim, a dimensão ética do Serviço Social só pode ser vislumbrada na prática social concreta, ou seja, no processo de trabalho, através de ações conscientes e críticas, vinculadas a um posicionamento político de defesa dos direitos dos seus usuários.

Nessa perspectiva, tanto Barroso (2008) quanto Iamamoto (2001) ressaltam que a dimensão Ético-Política do trabalho do Assistente Social, só pode ser vislumbrada quando esse profissional realiza ações conscientes e críticas, vinculadas a um posicionamento político de defesa dos direitos dos seus usuários. Portanto, quando o assistente social tem plena consciência do seu compromisso no enfrentamento das expressões da questão social, ele está exercitando essa dimensão e pondo em prática os elementos do seu Código de Ética.

No terceiro e último artigo, houve destaque na Dimensão Técnico –Operativa, sendo este, a capacidade do profissional de articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos.

O Artigo se destina a problematizar o modo como as ações voltadas ao enfrentamento da exploração sexual vêm ocorrendo nos CREAS, dando ênfase ao exame da articulação com a rede de serviços intersetoriais. Segundo Garcia,

[...] o atendimento no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é realizado por meio da atividade de plantão técnico, realizado diariamente pelos técnicos para o serviço de acolhimento, escuta, orientações, encaminhamentos e acompanhamento especializado às famílias com membros em situação de ameaça ou violação de direitos. A população usuária deste serviço tem acesso ao CREAS através de demanda espontânea, encaminhados por outros serviços socioassistenciais, Equipes da Proteção Social Básica e demais Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (GARCIA, 2016, p. 49).

Sendo assim, os profissionais buscaram conhecer as condições socioculturais, a história, os valores, os vínculos e a rede social de apoio com que os indivíduos atendidos contavam, para, a partir daí, construir em conjunto um Plano de Acompanhamento que propusesse estratégias adequadas à superação das situações de violação de direitos, definindo os tipos de ações, a periodicidade de atendimento e as finalidades pretendidas. Isto vai de encontro ao que Santos destaca:

Em relação à dimensão técnico-operativa, essa deve ser concebida além das capacidades técnicas e instrumentais, incluindo o conjunto de ações e procedimentos adotados pelo assistente social, visando à consecução de uma determinada finalidade, que necessita, portanto, de uma avaliação sobre o alcance desses fins e dos objetivos da ação. Nessa dimensão técnico-operativa se encontram, conseqüentemente, “estratégias, táticas, instrumentos, técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais” (SANTOS, 2012, p.20).

Também segundo Santos (2012), os procedimentos se referem às ações profissionais que têm uma abrangência maior e expressam o fazer profissional, que

são as orientações, encaminhamentos, avaliações, estudo e planejamento, dentre outras, que são desenvolvidas através de um serviço prestado pela instituição que pode ter variadas formas, como o plantão, por exemplo. E para que o assistente social possa desenvolver essas ações, lança mão de ferramentas, que são os instrumentos e técnicas, como a observação, a abordagem individual e coletiva, a entrevista, os grupos e reuniões, a visita domiciliar, dentre outros.

Dessa forma, fazem parte dessa dimensão os instrumentais mais técnicos utilizados pelo assistente social, entretanto, para que esse profissional saiba qual o melhor instrumento ou técnica a ser utilizada durante seu trabalho, a fim de obter o melhor resultado, necessita de uma avaliação, uma escolha, um planejamento – a partir de determinado objetivo – sobre qual procedimento deve ser adotado. Daí, pode-se retomar que esses fundamentos técnico-operativos fazem parte de uma dimensão mais ampla, que envolve o processo de trabalho, que, de acordo com a concepção marxiana, todo trabalho humano tem uma implicação teleológica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversas as reflexões que emergem no processo de análise dos dados em detrimento do estudo realizado, no entanto, cabe-nos a tarefa de elencá-las de forma objetiva para que não nos furtemos de pontuá-las em sua totalidade:

a) O presente trabalho não se resume a um julgamento ao padrão das publicações científicas em Serviço Social, mas a uma reflexão a partir de dados concretos, acerca do caminho para o qual acenamos tendo por base as publicações de três artigos de importantes Revistas sobre o Serviço Social, pensando no caminho à se percorrer no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.

b) O estudo ora realizado, resumiu-se à análise dos periódicos indicados, não compreendendo consulta ao conteúdo das teses, dissertações e artigos de outras revistas que podem contribuir tanto quanto para subsídio à ação profissional devido ao tempo disponibilizado para o estudo em questão, pelas variáveis encontradas neste caminho. Nestes termos, observados os recortes do estudo, apresentam-se as considerações a serem pontuadas a partir da pesquisa realizada:

Analisando os resultados correspondentes às pesquisas publicadas nos periódicos, sugere-se que estas estejam contribuindo cada vez mais para subsidiar as ações profissionais dos assistentes sociais de base, ou seja, os periódicos tem por objetivo contemporaneizar as abordagens profissionais, apresentando propostas de respostas às necessidades impressas e substancializadas no exercício profissional, não tendo um fim por ele mesmo, mesmo com personalidade arraigada, tão recorrente nas publicações analisadas.

Sob o ponto de vista das Dimensões utilizadas, nos artigos publicados, faz-se mister para o assistente social a compreensão da realidade sob o ponto de vista de seu significado, sentido e profundidade de aceção. O Assistente Social interfere nas relações sociais cotidianas no atendimento das mais variadas expressões da questão social. Mas para que esse profissional possa atuar ele necessita de bases para sua intervenção, traduzidas em fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, que irão contribuir para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à sua ação.

Após a análise das particularidades dessas três dimensões, pode-se concluir que elas se constituem em níveis diferenciados de apreensão da realidade em que o

Serviço Social irá intervir e que, portanto, não podem ser vislumbradas separadamente, havendo sempre uma interlocução constante entre elas, de forma que uma dimensão não seja mais priorizada do que outra e elas conformem uma unidade.

A clareza do assistente social da necessidade de articulação dos fundamentos Teórico-Methodológicos, Ético- Políticos e Técnico-Operativos, tem implicações diretas na atuação desse profissional, pois a condensação dessas dimensões, juntamente com a formação e o exercício profissional, são expressões da materialidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Denilson Cardoso de; COUTINHO, Inês Joaquina Sant'Ana Santos. **80 anos do Código de Menores**. Mello Mattos: a vida que se fez lei. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1673, 30 jan. 2008.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia: **Um Guia para a Iniciação Científica**. 2. ed. São Paulo: MakronBooks, 2000.
- BARROCO, Maria Lucia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.4).
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Davidson & Taylor, 1996; In: Cerqueira-Santos, Rezende & Correa, 2010)
- DELGADO, Leila Baumgratz. **Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 113, p. 131-151, jan./mar. 2013.
- ECPAT, 2014; Libório & Castro, 2010; Viana, 2010.
- FORTI, V. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- GARCIA, Joana – **Entre o difuso e o oculto: o enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no âmbito do CREAS** .UFRJ: Serviço Social em Questão, 2016. Tese de mestrado.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2,p. 57-63, mar./abr. 1995.
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2,p. 57-63, mar./abr. 1995.
- IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** / Marilda Villela Iamamoto; Raul de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1985.
- \_\_\_\_\_, Marilda. Carvalho. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetichado: capital**

financeiro, trabalho e questão social. 7ª ed. São Paulo. Cortez. 2012.

LISBOA, Tereza K; PINHEIRO, Eliane Aparecida. **A intervenção do Serviço Social junto á questão da violência contra a mulher**. Katálysis, Florianópolis, v.8, n.2 p. 199-210, jul./dez.2005.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estados, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-Político do Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo I. Brasília, CEAD-UNB, 1999.

\_\_\_\_\_. A conjuntura brasileira: **o Serviço Social posto à prova**. In: Serviço Social & Sociedade. Ano XXV n. 79. São Paulo: Cortez, setembro de 2004, p.5-26.

\_\_\_\_\_. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: BRAVO, Maria Inês Souza et al. Saúde e Serviço Social: Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROTHER, E. T. **Revisão sistemática x revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, junho/2007.

RIZZINI, C. T. 1997. **Tratado de fitogeografia do Brasil**. 2ª Edição. Âmbito Cultural Edições Ltda, Rio de Janeiro.

SAFFIOT, Heleieth. I. B. ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Reinwinter, 1995.

SANTOS, Claudia Mônica dos. Os Instrumentos Técnicas: **Mitos e Dilemas na formação profissional do Assistente Social**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 248 p. Tese (Doutorado)-Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em serviço social: utopia e realidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, M. I. **A centralidade da categoria Trabalho e o Trabalho Docente Voluntário na UFSC**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, aprovada pela banca avaliadora em 24/agosto/2007, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

\_\_\_\_\_. Estado & Sociedade Civil: **Contribuições para a construção de uma perspectiva emancipatória**. Boletim Electronico Sura número 120, Escuela de Trabajo Social, Universidad de Costa Rica, 2006.

SILVA, Maria Ozanira. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-**

- metodológico do projeto profissional de ruptura.** 3º ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática.** 12. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SILVA, Nivia Carla Ricardo. **Pesquisa em serviço social na graduação: qualificando a atuação profissional.** 2012.
- TONON, Alicia Santolini – **O território e a intervenção profissional frente à violência enquanto uma expressão da questão social.** Londrina: Serviço Social em Revista, 2014. Tese de mestrado.
- ZANIM, Carolina da Silva– **Violência contra Criança e Adolescente, uma questão de Educação.** Ribeirão Preto: Serviço Social e Realidade, 2015. Tese de mestrado.